

FACULDADES INTEGRADAS
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS DE
PRESIDENTE PRUDENTE

EMPREENDENDO O DESENVOLVIMENTO

Paulo Henrique Yasuo Funada

Presidente Prudente/SP

2004

FACULDADES INTEGRADAS

“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS DE
PRESIDENTE PRUDENTE

EMPREENDENDO O DESENVOLVIMENTO

Paulo Henrique Yasuo Funada

Monografia apresentada como requisito parcial de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação do Prof. Ms. Wilson de Luces Fortes Machado.

Presidente Prudente/SP
2004

EMPREENDENDO O DESENVOLVIMENTO

Trabalho de Conclusão de curso aprovado
Como requisito parcial para obtenção do
Grau de Bacharel em Ciências
Econômicas.

Prof. Ms Wilson de Luces Fortes Machado

Prof. Ms. Sandro Bertolli

Prof. Ms. Ana Cláudia Dundes

Presidente Prudente, 30 de novembro de 2004.

DEDICATÓRIA

Dedico a realização deste trabalho a Deus e pela esperança de dias cada vez melhores para a humanidade.

“Este mundo constrói monumentos e estátuas para glorificar os que muito contribuíram para o desenvolvimento político e econômico das nações. Porém, no mundo espiritual, quem recebe todas as honrarias são as pessoas que distribuíram a sua bondade, o seu amor, os seus sorrisos, as palavras carinhosas e frases de louvor e admiração”.

Masaharu Taniguchi

AGRADECIMENTOS

Sou grato a todos que colaboraram direta ou indiretamente para que o presente trabalho pudesse ser apresentado.

Entretanto, um agradecimento profundo e especial deve ser dado àqueles que fazem parte da minha história, a saber:

Aos meus queridos pais que sempre estiveram ao meu lado em todos os momentos de minha vida, me orientando e apoiando as minhas decisões.

À minha esposa e ao meu filho querido que abstiveram do meu amor nos meus momentos de reflexão e de dedicação aos estudos.

Aos meus colegas de turma com quem pude compartilhar da amizade e de fraterno apoio ao longo desta jornada.

Ao meu orientador que me guiou com toda a sua sabedoria e conhecimento.

A todos os professores da Faculdade de Economia de Presidente Prudente que sempre foram uma fonte de referência intelectual e de inspiração para a minha formação.

Aos diretores e funcionários das Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo” que forneceram o ambiente propício e os recursos necessários para a solidificação do conhecimento.

RESUMO

O presente trabalho apresenta conceituações de natureza desenvolvimentista de aspectos econômicos e sociais baseadas em experiências históricas e abstratas de regiões que ousaram se conhecer, e sabiamente souberam enfrentar os seus problemas na busca de soluções realistas para a escrita de sua própria história.

Partindo-se de formulações mais teóricas e abrangentes do que especificamente casos propriamente pontuais, navegando-se por conceitos econômicos, administrativos e filosóficos, priorizou-se ao invés de uma plataforma fixa, detectar a idéia central de onde se desencadearia o processo de desenvolvimento que trouxesse melhorias nos indicadores de bem estar econômico e social.

Não existindo níveis adequados de desenvolvimento qualitativos, mas somente níveis satisfatoriamente perceptivos, tudo evolui através da dependência comparativa com o desenvolvimento atingido em outros locais.

As experiências passadas de uns serve de subsídios para que outros repliquem ou refutem as recomendações oriundas de ideologismos ou correntes teóricas ortodoxas.

A globalização tem ocasionado uma competitividade entre as regiões que ao mesmo tempo em que demonstra as vantagens em se estabelecer o livre comércio de bens e serviços, tem criado situações que exigem novas formas de atuação governamental e de exigências de renovadas ou outras instituições mundiais.

O processo dinâmico da economia permite inúmeros “trade-offs”, ou seja, variadas situações de acordo com as tomadas de decisões dos agentes econômicos que podem ser separados em indivíduos, empresa e governo.

De acordo com o acompanhamento das premissas básicas da economia e na esperança na capacidade humana de nossos economistas espera-se que a conquista do desenvolvimento seja satisfatória a todos.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento; globalização; governo; economia.

ABSTRACT

The present work presents conceptualizations of development nature of based economic and social aspects in historical and abstract experiences of regions that had dared to know themselves, and rationally had known to face its problems in the realistic brainstorming for the writing of its proper history.

Breaking of formularizations more including theoreticians and of whom specifically properly prompt cases, passing by for economic, administrative and philosophical concepts, were prioritized instead of a fixed point of view, to detect the central idea of where if it would unchain the development process that brought improvements in the pointers of welfare economic and social.

Not existing qualitative adequate levels of development, but just percipient levels, everything evolve through the comparative dependence with the development reached in other places.

The last experiences of some serve of subsidies so that others talk back or refute the deriving recommendations of ideologies or orthodox theoretical thoughts.

The globalization process has caused a competitiveness between the regions that at the same time where it demonstrates the advantages in establishing the free commerce of properties and services, has created situations that demand new forms of governmental performance and renewed requirements or other world-wide institutions.

The dynamic process of the economy allows innumerable trade-offs in accordance with and therefore varied situations of according decisions of the economic agents who can be separate in individuals, company and government.

In accordance with the accompaniment of the basic premises of the economy and in the hope in the capacity human being of our economists expects that the conquest of the development is satisfactory to everyone.

KEYWORDS: Development; globalization; government; economy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Curva de Possibilidades de Produção	22
Gráfico 2 - Principais restrições aos investimentos no Brasil, 2005	31

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -Políticas de desenvolvimento da empresa.....	39
Quadro 2 - Políticas Governamentais para a estratégia de construção da riqueza nacional	37
Quadro 3 - Características de comportamento empreendedor	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ocupações que mais crescem nos Estados Unidos: 1992-2005	33
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. DESENVOLVIMENTO DA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO	13
2. GLOBALIZAÇÃO	19
2.1 Panorama geral	19
2.2 Comércio Exterior (Bens e Serviços)	19
2.3 Movimentação de capitais	24
2.4 Instituições Mundiais.....	26
3. GOVERNO	28
3.1 Governo eficaz.....	28
3.2 Saúde.....	32
3.3 Educação.....	34
3.4 Emprego.....	35
3.5 Direitos de propriedade.....	36
3.6 Políticas Econômicas (Monetária e Fiscal).....	36
4. EMPRESAS	38
5. PODER DO INDIVÍDUO E O CAPITALISMO	40
CONCLUSÃO	42
BIBLIOGRAFIA	43

INTRODUÇÃO

Os desafios do desenvolvimento econômico em um mundo globalizado

É inerente ao ser humano o desejo de melhorar sua condição econômica e/ou social, independente do estágio em que a pessoa se encontre, seja buscando patamares ou status elevados de riqueza, ou na busca da inclusão social mínima para sua sobrevivência. Para tanto, ou seja, para que esse desejo se torne possível, a questão do desenvolvimento econômico torna-se imperativa, pois, trata-se do único fator sustentável capaz de promover e transformar tal desejo em realidade. A questão é como alcançar o desenvolvimento econômico e também o social, que satisfaça aos interesses de todas as comunidades existentes na face terrestre, de modo permanente, responsável e socialmente justo para todos.

Ao se falar em desenvolvimento econômico tende-se sempre a avaliar o seu sentido à fatores de ordem econômica, porém deve-se perceber que necessariamente é preciso que ocorram repercussões positivas nos níveis sociais, haja porque a simbiose existente entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social são congruentes e devem ser perseguidos de modo onisciente e compartilhado. Inclusive porque a não compatibilidade entre as partes acabará levando inexoravelmente à falência da outra. Qualquer empresa ou governo que se aventurou na busca de soluções meramente sociais ou simplesmente econômicas acabaram por destruir a si próprias.

Ao exemplificarmos a ineficiência da disparidade entre econômico e social cabe citar as situações vividas pelo comunismo russo que nas palavras de Lord Acton dizia, “a mais bela oportunidade que já teve o mundo foi jogada aos ventos porque a paixão da igualdade fez malograr as esperanças de liberdade”.

É fato que a economia russa a despeito da distribuição igualitária, se esqueceu dos fatores da dinâmica produtiva, da liberdade econômica e do indivíduo, e que o não ajuste, necessário para um modelo de desenvolvimento econômico sustentável a longo prazo, acabou por fim, prejudicando e mesmo aniquilando o seu próprio sistema de universalização dos benefícios sociais oriundos de uma planificação centralizada.

Como contra-partida ao sistema planejado de distribuição social igualitário, que não foi capaz de atender a demanda pelo desenvolvimento econômico, podemos citar o

caso brasileiro, que apesar de ter encontrado a prosperidade econômica num certo período anterior (idos dos anos 60-70), não está sendo capaz desde os últimos vinte anos, de acompanhar e muito menos postular qualquer título de nação desenvolvida, em decorrência da péssima organização social que se estruturou o país, seja pela má distribuição de renda entre as classes sociais ou pelo baixo investimento social na formação escolar dos brasileiros, o fato é que se buscou a prevalência do lado econômico em detrimento do desenvolvimento social.

Ao se deixar para trás um rastro de desestruturas sociais, o Brasil em sua situação vigente é incapaz de alcançar as altas taxas de desenvolvimento econômico de outros países emergentes como a China ou a Índia, justamente pela inexistência de capacitação humana local que esteja apta a lidar com situações que exigem cada vez mais conhecimentos e níveis intelectuais amadurecidos, e que também, em decorrência de uma má distribuição social dos benefícios aferidos em épocas passadas, faz com que o vale existente entre as camadas sociais se torne prejudicial e tendenciosa, no sentido de que a existência de uma divisão de classes descomunal acaba coibindo a intercambialidade normal de uma mobilidade social sadia, criando assim um círculo maligno de acumulação repetitiva e irracional tendência à desproporcionalidade econômica e social.

Não é interessante para uma localidade nem para a comunidade global que ocorram grandes disparates de riqueza, em que determinadas regiões alcançam à almejada prosperidade, enquanto outras se afundam na miséria. Pois isso acabaria gerando ainda mais distorções e sentimentos de rivalidade e de injustiças entre os povos, e incitaria o caminho de soluções ortodoxas.

A questão fundamental a se compreender é a de que ao falarmos em desenvolvimento, prevaleça a idéia de que o equilíbrio dentre as forças econômicas e sociais devam ser equiparadas e respeitadas mutuamente. Uma não consegue sobreviver sem a outra, pois, uma é parte complementar da outra, daí a importância em se lutar por um desenvolvimento econômico e social de modo convergente para que possa ocorrer de forma ordenada a sustentabilidade do modelo no longo prazo. Até porque, a razão final de qualquer desenvolvimento é a melhora contínua da situação econômica e social das próprias pessoas. Ao se observar os crescimentos econômicos sem fundamentação e os assistencialismos gratuitos, assiste-se que a insustentabilidade dos modelos incongruentes faz com que a lógica econômica demonstre a sua superficialidade e torne o movimento passageiro.

Numa economia global de informações rápidas, de crescentes níveis de relações comerciais e diplomáticas, o desafio contínuo a se estudar é a compreensão do entendimento das forças que promovem e impulsionam o desenvolvimento econômico e social, buscando soluções equilibradas que atendam as necessidades de cada local e que possam ir além, favorecendo concomitantemente à comunidade global.

O conceito de direitos civis universais deve ser considerado meta de primeira grandeza, sendo preciso um progressivo entendimento de cooperatividade entre as nações, na busca de operações conjunta de soluções que possam melhorar a qualidade de vida da população humana em escala mundial.

Participação e situações diversas, que irão variar de acordo com as diferenças de condições econômicas - sociais históricas e atuais de cada região, e das particularidades de fontes de recursos existentes, dos pontos fortes desenvolvidos, além das expectativas quanto aos problemas globais, interesses regionais e das políticas de condução das atividades públicas de cada local.

Partindo-se de uma didática metodológica, decorre-se a importância em se conhecer o histórico e as potencialidades regionais para se saber quais atitudes seriam adequadas para gerar o desenvolvimento para aquele local e de que maneira ele pode se inserir, se relacionar e como pode contribuir consigo e com o mundo no geral.

Chega-se à conclusão, que por princípios básicos de diferenciação e diversidade coletiva, que não existem soluções receiptuais iguais para todos, sendo que o que realmente importa é tão somente a compreensão das situações existenciais local e presentes, oriundas de um passado histórico, e da ciência de que inexoravelmente se está inerte de modo participativo em um mundo interativo e comum, de onde, insurge oportunidades e ameaças, e que, o desenvolvimento econômico e social esperado, majoritariamente depende da capacidade dos indivíduos locais e de suas percepções laterais e visões globais, para que a partir de suas ambições, sejam capazes de traçar um planejamento estratégico realista e viável de suas próprias necessidades, realizando-os dentro da avaliação da demanda econômica e ética contemporânea da comunidade internacional.

Atentando-se que vivemos na prevalência de um sistema capitalista - meritocrático, que oportunamente ocasional domina e rege o sistema econômico mundial no momento presente, é fato que aquelas regiões que ficarem esperando soluções “de cima”, ou que outrora, criaram barreiras para tentar se “preservar”, ou que vivem repassando a sua

incapacidade a outrem, sem ao menos buscar soluções em termos de vantagens comparativas, acabarão inexoravelmente ficando à custa do assistencialismo e a margem do mundo desenvolvido.

Dentro deste contexto, de mundo sem fronteiras e pela busca do desenvolvimento equilibrado, o presente trabalho pesquisa, analisa e apresenta as dinâmicas de mercado, o papel dos governos, das empresas, a força dos indivíduos, os novos valores econômicos, reavaliando os velhos ou mesmo novos conceitos, trazendo-os à luz dos acontecimentos atuais, na busca esperançosa e interminável da discussão utópica, mas legítima, acerca do desejo intrínseco em cada ser humano citado inicialmente, e pela luta incessante das comunidades globais pelo desenvolvimento contínuo e sustentável.

1. DESENVOLVIMENTO DA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

No saber do economista Celso Furtado, a teoria do desenvolvimento econômico explica, numa perspectiva macroeconômica, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produção, e na forma como se distribui e se utiliza o produto social.

Função explicativa esta, que se infunde por duas perspectivas, uma de formulação totalmente abstrata, de devaneios possíveis e imagináveis por via de simulações condicionadas, e outra de análise histórica, de verificação a campo da eficácia explicativa dos modelos num dado momento. São tarefas complementares que, por vezes se somam, haja vista a impossibilidade de se isolar os mecanismos e fatores econômicos para uma eventual experiência casuística que pudesse comprovar cientificamente a veracidade de uma nova teoria.

Sendo assim, os estudos elaborados se apresentam como resultante da utilização combinada ou compreensiva de uma metodologia advinda da teoria fundamentada e/ou da sua realização empírica num contexto econômico passado ou vigente.

Ao longo da história, de acordo com o estágio de cada região, o desenvolvimento econômico tem sido estudado e testado de diversas formas, por diferentes países, em circunstâncias singulares, em momentos esparsos ou contínuos, porém, de movimentos sempre únicos e sistemáticos.

E durante tal percurso do mundo contemporâneo, pudemos analisar e verificar diversos modelos e constatações refletidas do resultado de políticas e teorias desenvolvimentistas que marcaram o sucesso ou o fracasso das nações ou de regiões, que assumiram suas posições atuais, de acordo com a utilização de seus recursos sócio-econômicos, no contexto de sua temporalidade histórica, e da congruência entre conjecturas e posições teórico-filosóficas que vieram a ser construídas e implementadas neste período.

Devido à capacidade humana, as relações econômicas têm se aperfeiçoado a todo instante, e o conhecimento e as situações dela advindos, tem levado a questões quase sempre novas, demandando soluções abstratas e inovadoras. Não podemos esquecer,

entretanto, que a base da discussão já vem sendo formada há tempos, cabendo-nos o seu aproveitamento, compreensão e ampliação de sua discussão, seja acerca do relacionamento quanto à ilusão existencial dos indivíduos econômicos autônomos, da democratização social como fruto de um sistema autoritário imposto, ou quanto à importância da percepção sintomática de que a liberdade do indivíduo ou a liberalização do mercado é o melhor caminho para se alcançar o esperado desenvolvimento econômico, sendo que, o relevante seria a ampliação democrática das benesses de uma economia saudável e solidária ao ser humano como espécie, e não apenas focado no indivíduo ou em grupos ou regiões isoladas.

Cita-se a seguir, sem citar exemplos localizados, de uma forma sucinta e baseada em retrospectivas escritas de autores especializados, alguns dos principais intelectuais e os pensamentos que influenciaram e mudaram o sentido do desenvolvimento econômico e social, suas teorias fundamentais e pressupostos, com vistas maior a sua possível utilização no mundo atual. Razão também que se faz, pela busca de um nivelamento dentro de uma compreensão histórica, a fim, assim, de entendermos melhor o estado decorrente das nossas escolhas passadas, que, pois, se refletem em nossa realidade cotidiana atual.

Sabemos que um dos primeiros escritores da área econômica a escrever sobre a geração de riqueza nacional foi Thomas Mun (1571-1641), que articulou a visão mercantilista, defendendo que os países deveriam vender a outros mais do que se comprava deles. Aconselhando inclusive o governo inglês a reduzir o consumo interno de bens estrangeiros, elevando seus preços nesse mercado e impondo tarifas protecionistas de importação, e de forma coordenada possibilitar também o desenvolvimento das indústrias nacionais para que pudessem suprir o máximo das necessidades internas, e adiante, encorajar as empresas a vender o máximo possível de bens ingleses ao exterior. Essas prescrições eram vistas como a melhor forma de acumular reservas de ouro na nação. Os mercantilistas acreditavam que a acumulação de metais, como o ouro, constituía a real medida de riqueza de uma nação. E assim, tal corrente teórica persistiu e norteou todo o período mercantilista, fazendo da defesa da economia fechada, da substituição de importações, do aumento das exportações e da poupança interna em metais preciosos, os alicerces para o sucesso desenvolvimentista dos países na época.

François Quesnay (1694-1774), médico da corte do rei francês Luís XV (1710-1774), introduziu a visão fisiocrática, pela qual a riqueza se consiste não na quantidade de ouro acumulada por uma nação, mas, em particular, no excedente de produtos agrícolas e minerais sobre seu custo de produção. Pela ótica de Quesnay, tanto a indústria fabril

quanto o comércio eram vistas como atividades relativamente estéreis e que na melhor das hipóteses ocasionava apenas uma riqueza artificial. O que de fato importava era a produção agrícola ou minerais disponíveis, no sentido de, ao se beneficiar da capacidade criadora de transformação dos recursos naturais, ser este, o único capaz de gerar excedente sobre os seus custos. Pregava que somente o excedente agrícola poderia proporcionar o desenvolvimento econômico, lembrando que dentro de uma situação de produção de subsistência generalizada nada poderia vir a ocorrer, a não ser apenas a existência de uma pobreza homogênea, onde existiria apenas o mínimo suficiente para todos e nada mais, sem outras trocas ou desejos que pudessem replicar em expansão do desenvolvimento. Ficando claro, através do novo pensamento, que a singularidade da existência do excedente produtivo seria condição econômica indissociável para a possível manifestação de uma cultura desenvolvimentista maior.

Considerado o pai da economia moderna, Adam Smith (1725-1790), em seu famoso tratado *A Riqueza das Nações*, introduziu a visão de que as nações gerariam valores e riqueza de maneira mais eficiente utilizando o princípio da divisão do trabalho, onde cada trabalhador tornava-se um especialista e, por consequência, mais produtivo em uma única tarefa. Sob estas circunstâncias, ninguém poderia produzir tudo de que necessitasse; as pessoas deveriam obter os bens valendo-se do valor de troca recebida ao trabalhar. Afirmava que somente o trabalho humano era capaz de adicionar valor a algo. Adam Smith via a troca, a propriedade privada e o livre mercado, inclusive do comércio internacional como as bases para a geração da riqueza nacional. Outro ponto em destaque seria a ocorrência da chamada defesa da promoção do interesse pessoal, onde o próprio indivíduo na sua busca egocêntrica permissiva, acabaria por contribuir tanto na prossecução do seu interesse menor como indivíduo, quanto também, inconscientemente, estaria por assim dizer, afirmando os compromissos coletivos maiores, ou seja, ao se conduzir e se perseguir os seus interesses pessoais, o homem acabava também beneficiando a sociedade como um todo de uma maneira mais eficaz.

Karl Marx (1818-1883), em *O Capital*, partindo de uma concepção filosófica para a análise econômica, sustentou que a economia de uma nação poderia ter um desempenho melhor se a propriedade privada fosse confiscada e gerida pelo Estado no interesse do proletariado, que seria a única classe capaz de agregar valor na cadeia produtiva em razão de sua força de trabalho empregada. Opondo-se a visão tradicionalista, argumentou que os livres mercados levavam a ciclos de negócios irrealistas e ao progressivo empobrecimento das

massas de modo desequilibrado, pois, dentro do capitalismo ocorreria, de modo injusto, a apropriação da riqueza gerada pelo trabalhador (mais valia) para as mãos de uma minoritária classe capitalista dominante; o que pela ótica visionária de Marx, constituía-se em exploração puramente maquiavélica. Acreditava que sob a ditadura do proletariado, os trabalhadores seriam pagos pelo real valor de seu trabalho, e a economia seria planejada e administrada para servir aos interesses dos trabalhadores eqüitativamente. Para acabar com os problemas sociais, seria então necessário acabar com o capitalismo e começar uma nova sociedade, onde todos os que trabalhassem receberiam de acordo com o seu real valor e tudo quanto o necessário para se viver bem. Onde as decisões seriam tomadas democraticamente pela maioria das pessoas, e não existiriam nem ricos, nem pobres; enfim, seria uma sociedade socialista, mais justa e verdadeira. Utopia perfeita que serve de base, e que sempre influenciará o pensamento econômico democrático, que continua em busca do equilíbrio na distribuição das riquezas conquistadas e geradas, se atendo a descobrir novas soluções alternativas que possam satisfazer as condições econômicas e humanitárias.

Outro grande economista e pensador foi John Maynard Keynes (1883-1946) que enxergou falhas tanto na economia de livre mercado como na economia planejada. Advogou a importância indubitável dos governos na redução dos danos causados no emprego e na renda dos indivíduos em decorrência de ciclos comerciais anormais, não periódicos. Discutia-se em seus estudos que, somente por meio do gerenciamento correto da disponibilidade de moeda em circulação (política monetária) e do uso e atribuições de políticas fiscais condizentes, seria possível acabar com a inércia paralisante dos mercados econômicos, ou seja, deveria ser utilizado de modo ativo e pontual pelos governos das ferramentas que se mostravam eficientes para regularização dos impasses causados pelo vácuo do ciclo comercial, interferência referida esta, que iria de encontro à refazimento da manutenção da ordem econômica. O que acabava por assim, contradizendo, portanto, o pensamento clássico de ocorrência do auto ajuste regulatório dos mercados (*Laissez - Faire*). E que, a partir de então, acabou posicionando os holofotes em direção à máquina governamental como agente necessário pela condução e recuperação econômica em períodos de crises.

Para contra balancear o impacto efervescente da interferência governamental nas economias, surge Friedrich Von Hayek (1899-1992), que incisivamente sustentava que quando o governo assume a propriedade e a regulamentação dos negócios, o resultado

inexorável acabaria sendo a convergência do crescimento econômico à estagnação, o que fatalmente levaria o país ao desastre coletivo, e dizia mais, discursava que, diante da realização de tal ocorrência, muito provavelmente o que viria a seguir, seria a pavimentação do caminho para o totalitarismo, o que acabaria por fim a conduzir a partir de então, o país pela estrada da servidão aos grupos prioritários e prejudicialmente à perda da liberdade dos indivíduos.

Hayek não era partidário incondicional do livre mercado, tinha inclusive, ótima percepção quanto aos problemas econômicos existentes no sistema capitalista, mas que mesmo assim, soube antever acima de tudo, que a solução também não se estacionava sobre o poder intermitente de um governo soberano. Acreditava, sobretudo, nas possibilidades abrangentes da libertação dos indivíduos, e que a renúncia pessoal nada realizaria para a propagação de uma sociedade ilusoriamente mais igualitária, mas levaria, sim, apenas à criação de uma classe mais dominante e totalitária.

Não é surpreendente que os homens desejem libertar-se da cruel escolha que a realidade mesma impõe muitas vezes. Mas poucos desejam conquistar essa libertação confiando a escolha a outros. O que se quer é simplesmente que a escolha não seja necessária. Por isso acreditamos com muita facilidade que ela não o é, e que só o sistema econômico existente no-la impõe. No fundo, o que nos irrita é a existência de um problema econômico. (HAYEK, 1944 , p. 92.)

Deixando estabelecido que muitas pessoas acabam vivendo a sua conclamada liberdade social e continuam presas as preocupações econômicas reais. Mas que pior seria, caso houvesse uma libertação econômica limitada e a ocorrência de uma liberdade social negativa.

Schumpeter, estabeleceu que através de inovações realizada pela ação criadora dos empresários dentro de um processo produtivo, seria possível criar e potencializar o motor gerador do progresso econômico. Para isso, a ação empresarial necessitaria de recursos acumulados ou da existência de um sistema de crédito para a sua expansão. De onde se originaria inversões em pessoal especializado, em novos equipamentos, criação de novos mercados e, por fim, em um novo processo de acumulação e novos investimentos.

Para Schumpeter o fluxo circular da economia nos permitiria apreciar o impacto do trabalho do empreendedor, não meramente como força impulsionadora do capitalismo, mas também como fonte de seu único fluxo de lucros.

Os empreendedores não vêm de nenhuma classe social específica, são apenas os possuidores de um talento para a inovação. A sua atuação acaba sendo um fator de dinamização do próprio sistema capitalista e de mobilidade de fatores de produção, pela capacidade e disposição de combinar e criar novas formas de uso dos fatores de produção escassos e de geração de novos desejos no mercado que até então seriam inexistentes, mas que sabiamente são infinitos e que pela visão empreendedora vieram a tornar-se parte da economia.

Schumpeter esclarece as razões do empreendedor:

‘...porque em geral existe um sonho, e a determinação de fundar um reino particular, apesar de não haver, necessariamente, também o sonho de uma dinastia... Há, além disso, a vontade do conquistar: o impulso de lutar, de provar que é superior aos outros, do ter sucesso não pelos frutos do sucesso, mas pelo sucesso em si... Por fim, há a alegria de criar, de fazer coisas ou apenas de utilizar a própria energia e a imaginação.’ (SCHUMPETER, 1958, p.65)

Dentro deste imaginário, o empreendedor absorve o ambiente real e o molda de acordo com os seus princípios, ajustando-se quando necessário e semeando a geração de novos empreendimentos que promovam o desenvolvimento.

Ao se analisar a história dos países desenvolvidos percebe-se pelas evidências empíricas que para o alcance de um desenvolvimento substancial é preciso ainda que ocorra anterior ao movimento ou concomitantemente a este, o fenômeno do crescimento, que seria a realização progressiva do aumento da renda per capita ao longo do tempo. E que somente poderá ser atingido quando mediante a presença de requisitos básicos de capital e mão-de-obra.

2. GLOBALIZAÇÃO

2.1 Panorama geral

Kenichi Ohmae em “O fim do Estado-Nação” esclarece que num mundo onde as fronteiras econômicas estão desaparecendo progressivamente, não faz sentido ou se torna insignificante a imposição de fronteiras arbitrárias, historicamente acidentais que separa a nossa geografia. Sob sua ótica, o que realmente importa são as regiões de interesse econômico comum, que podem estar fisicamente situados numa mesma localidade ou espalhados pelo mundo interligados por uma rede de informações compartilhadas.

Imagine um mundo em constante redução de oportunidades, restrição de mercado, falta de capitais, aumento de barreiras tarifárias e de trânsito, protecionismos, retaliação entre as partes, nacionalismos, religiosidades locais e guerras por sobrevivência ou conquista de mercados, absolutamente voltaríamos à pré-história, retornaríamos à lei do mais forte, e onde o poderio militar reinaria de modo a sobrepujar os interesses dos demais.

Agora imagine um mundo de cooperação mútua, sem pobreza, de soluções compartilhadas, de investimentos e respeito à vida humana, sem fronteiras físicas, e de unicidade e competência nas questões que envolvem a todos. Seria um mundo melhor e mais eficiente. As disseminações das competências regionais seriam expandidas de modo a se formar muito mais de que uma simples marola local, seria possível antevermos uma gigantesca onda em benefício de toda a humanidade.

2.2. Comércio Exterior (Bens e Serviços)

Quando os produtos são feitos em localizações ótimas e gozam de um ambiente de livre comércio, as regiões desenvolvem relacionamentos interdependentes criando sinergias e cooperação.

Para Delfim Neto as transações comerciais dentre países seriam importantes devido a três fatores:

- Como fator de elevação da produtividade econômica, mediante a expansão dos mercados e a especialização;
- Como força motora capaz de provocar transformações das estruturas, e
- Como canal de transmissão do progresso técnico.

Deixando para trás séculos de isolamento regional e décadas de confrontos ideológicos (Socialismo x Capitalismo), a sociedade atual cada vez mais ciente das oportunidades deste novo mundo, exige da comunidade mundial uma vida melhor para si e para seus descendentes. Atualmente é praticamente impossível algum estado-nação ensejar sobreviver satisfatoriamente mediante uso exclusivo de recursos próprios. Mesmo grandes nações que dispõem de fontes aparentemente inesgotável de recursos naturais e financeiros precisam do auxílio da economia global para o seu efetivo desenvolvimento, afinal, sem a existência do comércio internacional seria inviável deslocar todo ganho de produtividade decorrente para o mercado interno, da mesma forma que a oferta local de bens e serviços não seria suficiente para suprir as variadas demandas internas existentes de uma economia madura.

Num mundo de progressivo ganho de produtividade, onde as restrições passadas de barreiras tecnológicas em comunicações e de transportes deixam de existir, sucede-se a incorporação do refazimento conceitual quanto ao sentido das formações econômicas em permanecerem inertes à sua condição de proteção e reserva de mercado. A não adequação aos mecanismos de trocas de bens e serviços, mesmo que no curto prazo aparente ser uma solução viável acaba no longo prazo mostrando-se desastrosa. Caso clássico é o de reserva de mercado de tecnologia nos anos 80 no Brasil, que ao invés de propiciar ganhos ao país apenas conseguiu atrasarmo-nos tecnologicamente em relação ao resto do mundo, como ainda a reboque suscitou o surgimento e a profissionalização das indústrias do contrabando e da informalidade em nossas fronteiras.

Uma das demonstrações de que a eficiência econômica quanto à necessidade cooperativa e de trocas internacionais seriam desejosas, poderia ser explicada através do apontamento dos benefícios do Efeito de retorno (feedback) citado por Ademir e Hermes (2000): Ao considerarmos duas regiões A e B. A ocorrência de uma elevação autônoma no nível de renda da região A causará, via propensão marginal a importar, aumento das exportações da região B. Esse aumento implicará, por conseguinte, numa elevação da renda da região B, via multiplicador, e que, assim resultará em aumento de importações

provenientes da região A, via propensão marginal a importar. E desta forma num ciclo virtuoso crescente.

Alguns economistas e principalmente os governos reticentes quanto ao livre comércio possuem o medo comum de que numa economia de livre mercado, a deficiência econômica e de competitividade de um país em acompanhar seus parceiros comerciais, acarretará dentre si mesmos, graves danos econômicos, tais como, déficits comerciais irreversíveis, desemprego em larga escala, perda de investimentos, redução de seu Produto Interno Bruto (PIB) e outros infindáveis desastres, o que acabaria levando a nação a um estado de colapso geral. Esse temor, segundo Krugman(1996) é injustificado, provindo de uma visão muito imediatista e de teor nacionalista, e que invariavelmente acaba por situar o país crente em tal doutrina em condições cada vez mais desfavoráveis e em escalas de desenvolvimentos reduzidos comparativamente aos demais países.

Uma grande observação a se notar é que independentemente do estágio de desenvolvimento em que se encontra determinado país ou região, sempre existirá melhoras nos níveis de satisfação do consumidor, em escalas de produtividade e ganhos de proficiência, não sendo relevante em hipótese, portanto, a situação de oferta e demanda local, o nível tecnológico e nem o tamanho da economia do país. Nas palavras de Krugman(1996, p.84):

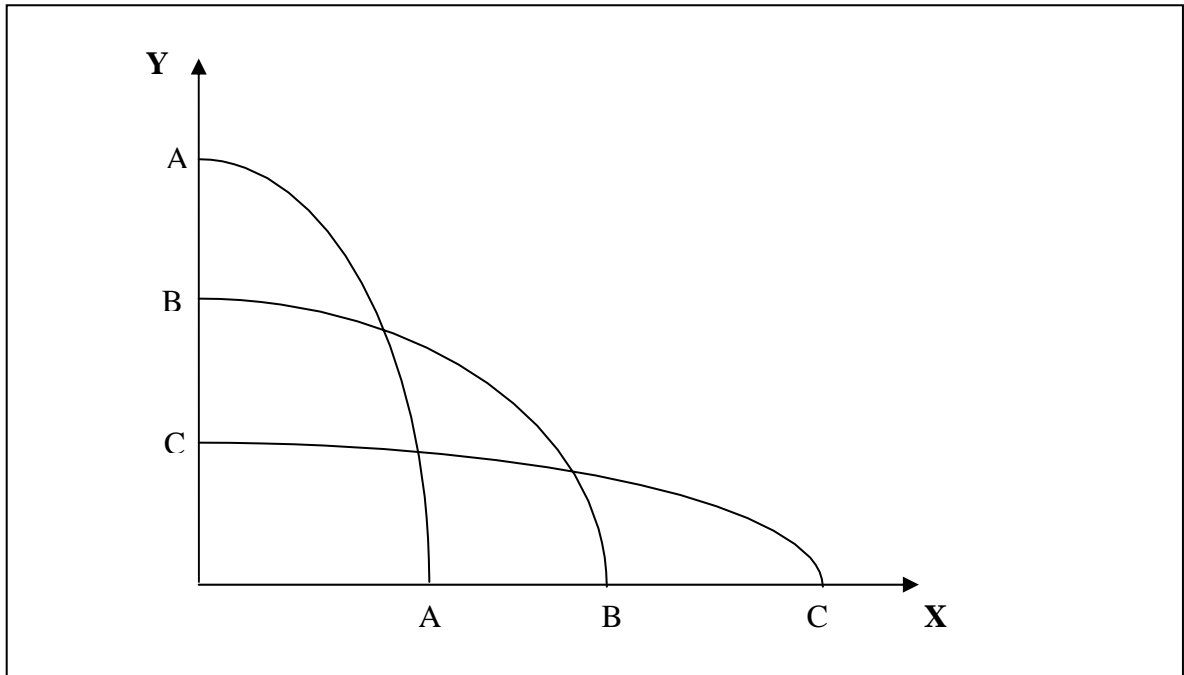
Tanto na teoria quanto na prática, os países com uma produtividade inferior continuam capazes de equilibrar seu comércio internacional, porque o impulsionador do comércio é a vantagem comparativa, e não a absoluta. Manter o crescimento da produtividade e o progresso tecnológico é importante em si mesmo, e não por ser necessário para acompanhar a competição internacional.

Ou seja, apesar da baixa eficiência ou competitividade internacional de determinado país, num contexto amplo e de níveis de desenvolvimento variados, sempre haverá a possibilidade de se inserir economicamente no processo global, mesmo que inicialmente em níveis inferiores, ofertando produtos de baixo valor agregado, de baixa tecnologia e intensiva em mão-de-obra.

Ocasionalmente situações semelhantes inclusive dentro de um mesmo estado nação onde as desproporcionalidades regionais acabam por gerar alocações de produção e investimentos proporcionais às condições locais vigentes. A iniciativa ideal é a de se buscar recursos de produção de acordo com suas necessidades e estudar a situação em que se encontra de modo a se aproximar do próximo estágio o mais breve possível, sem contudo que se perfaça a crença ilusória de regionalismo comedido e injustificado.

É possível acompanhar a oferta em cada região através da curva de possibilidades de produção de acordo com o gráfico a seguir.

Gráfico 1 - Curva de possibilidades de produção



Fonte: Vasconcellos, 1998

Desde que X represente a quantidade do produto intensivo em trabalho e Y a quantidade do produto intensivo em capital, a curva CC demonstra uma região em que se utiliza baixos fatores de capitais e altos fatores de trabalho (Normalmente regiões subdesenvolvidas). A curva BB situa-se numa região intermediária de utilização dos fatores (Regiões em desenvolvimento), e a curva AA refere-se a uma região em que o fator capital é abundante o que sobrepõe a necessidade de alto fator trabalho (Regiões desenvolvidas).

A questão da abertura comercial e do fenômeno de globalização, além de carregar o composto econômico compensatório, possui a notória importância de ajuste social do mundo. Para que possa ocorrer um convívio mais adequado das comunidades instaladas na face terrestre, é condição inicial que o entendimento do movimento de trocas comerciais e de cooperação mútua esteja enraizado nas políticas internacionais como condição fundamental para o desenvolvimento sustentável, haja vista, que *à priori*, a busca unilateral

de vantagens e proteções seria prejudicial para todos, pois, caso isso ocorresse, além do conflito diplomático e perdas para a economia, a manutenção ambiental e de seus recursos naturais ficaria prejudicada sem uma política única de preservação e uso adequado das fontes, decorreria ainda a impossibilidade do não usufruto dos avanços tecnológicos alcançados por outros países e que faria com que a maioria dos países passasse por grandes dificuldades para criar as soluções básicas para todas as suas necessidades; pequenas comunidades e economias, então, estariam fadadas a viver isolada e permanentemente no ostracismo. Em contrapartida à situação oposicionista, existe a discussão pela face positiva do processo, e onde somado ao movimento tendencial da formação de novas economias sem fronteiras, explana que as aplicações e benefícios de novas descobertas e inovações estariam sendo disseminados para todos, o que acabaria por possibilitar o estudo e os avanços de outras novas tecnologias, promovendo desta maneira maior crescimento da economia, novas oportunidades e qualidade de vida para todas as pessoas. Sendo, portanto, um ponto crucial há se manter para que ocorra um melhor aproveitamento da capacidade humana e por uma reciprocidade de relações cordiais, que a globalização se amadureça com os debates das correntes vertentes de prós e contras.

Existe ainda a relutância ponderada de alguns países onde se permeia a idéia forte do nacionalismo e que considera grande parte do processo de abertura comercial um equívoco, e que devido a isso acabam por adotar uma série de políticas internacionais contrárias ao movimento de globalização. A insistência na tentativa de manutenção parcial ou total isolacionista discorre sempre na argumentação simplista de que os interesses nacionais devem ser preservados contra os ataques egocêntricos e devastadores de outros países. Seguindo tal linha de pensamento retroativo, é preciso considerar que posições assumidas unilateralmente de modo incisivo, na crença de um nacionalismo ortodoxo podem incorrer em efeitos colaterais danosos já comprovados ao longo da história da humanidade.

A inexistência da globalização ou da reciprocidade econômica poderia ocasionar um ciclo vicioso destrutivo em escala mundial, de retaliações mútuas, podendo até mesmo chegar em um segundo estágio na ocorrência de xenofobia total e de degeneração dos valores cívicos universais que concorreriam para o prejuízo e acabariam por assim dizer, em limitações das liberdades civis dos cidadãos, no pressuposto da manutenção da ordem e em favor da segurança nacional, situação já concebida e que foi sabiamente observado por Hayek (1944) e descrito por Reich(1991, p.287) da seguinte forma:

o nacionalismo individualista pode corroer os valores de um povo a ponto de seus cidadãos apoiarem políticas que melhoram marginalmente seu próprio bem - estar, ao mesmo tempo que prejudicam o de todos os demais no planeta, forçando assim os outros países a fazerem o mesmo em sua própria defesa. A mesma disciplina social e a mesma feroz lealdade que induziram japoneses e alemães ao sacrifício geraram as mais estarrecedoras atrocidades deste século.

Com o conhecimento da evolução histórica e também devido à integração cada vez maior das economias, dentro de um contexto onde se percebe que o mundo é um só, e que já não existem ações isoladas sem conseqüências gerais, a disseminação das boas práticas e cooperação mundial devem ser realizadas de modo a amplificar os benefícios mútuos e não o de reduzi-lo. Inclusive porque o mundo incondicionalmente caminha de mãos dadas e a cooperação global se faz evidente nos pensamentos e nas atitudes necessárias para o enfrentamento de questões de ordem mundial como o terrorismo, o tráfico de drogas, a proliferação de armas nucleares ou químicas, a preservação do meio ambiente ou no controle de doenças.

2.3 Movimentação de capitais

A liberalização financeira dos mercados que tem forte participação dentro do processo de integração das economias tem contribuído para que o processo de globalização se dissemine vigorosamente, aumentando a importância da posição e vertente cambial de modo a permitir que o capital internacional seja alojado da forma mais conveniente ao capitalista, ofertando uma maior liquidez e oferecendo variada gama de produtos e serviços financeiros.

Porém o processo financeiro global na forma em que se está constituído atualmente, apesar de suas vantagens aparentes, tem se mostrado perigoso para a manutenção das economias em desenvolvimento face à propriedade ideológica reinante de liberdade exagerada, o que acaba por provocar situações tipicamente vivenciadas no modelo de capitalismo selvagem¹.

Diante da volatilidade ocorrida pelas crises de confiança regida pelos humores negativos do mercado, as economias dos países fragilizados, normalmente aqueles que mais necessitam de capital externo, passam por grandes dificuldades nos períodos em que a

¹ Capitalismo sem regras, onde o intuito maior é a sobrevivência do mais capaz.

fuga de capitais em massa acaba ocorrendo, o que provoca uma desestabilização em toda a economia local, que tem em tais capitais uma fonte fácil de financiamento.

Ao mesmo tempo em que sua fonte de recursos seca, a atenção dos investidores e o receio quanto a capacidade de pagamento daquele país aumenta, expondo publicamente toda a fragilidade financeira de um mercado refém, o que segundo o efeito manada¹ somente tende a piorar a situação.

Uma vez que a liquidez do capital se prioriza em relação aos interesses de uma comunidade econômica torna-se importante observar, diante das últimas crises recentes (México - 1995, Ásia - 1997, Rússia - 1998, Brasil - 1999), qual seria o melhor caminho a se tomar para se preservar as relações de trocas intercambiais, sem que, com isso, a integridade financeira (equilíbrio macroeconômico) das economias em desenvolvimento dos países participantes fossem afetadas nos momentos de agruras.

Mecanismos de controle de capitais são ainda uma novidade, mas já é possível observar algumas importantes iniciativas e o crescente interesse em se discutir a necessidade de uma regulamentação geral à nível internacional. Alguns caminhos tomados em âmbitos locais podem ajudar na pavimentação de uma solução apreciada, vide o caso chileno em que é imposto uma quarentena para a saída de capitais, ou o Chinês que somente permite a saída de capitais em forma de dividendos, cabendo à discussão também idéias como a do presidente brasileiro propondo a criação de uma CPMF² sobre transações financeiras internacionais.

Ao se entender os rumos do desenvolvimento mundial é possível posicionar a economia de determinada localidade de forma estratégica no intuito de auferir o máximo proveito das oportunidades da globalização, entretanto, é necessário que os mecanismos financeiros estejam ajustados para tal fim.

Para Delfim Neto(2001), a questão da liberalização financeira, antes que o equilíbrio macroeconômico esteja formado pode ser profundamente arriscado, variando de acordo com as ondas de otimismo e pessimismo que se sucedem no mercado internacional. E completa dizendo sobre a liberdade de movimento de capitais no setor financeiro: “Ela parece ser muito mais um contrabando ideológico (promovido pelo espírito de Wall Street que domina os organismos internacionais) introduzido sorrateiramente como simples extensão inocente das vantagens comparativas e da mobilidade dos fatores”.

¹ Efeito ocasionado por reflexo, onde existe a tendência de se seguir a maioria, independente de racionalidade apurada.

² Contribuição aferida sobre movimentações financeiras

2.4 Instituições Mundiais

De acordo com o movimento globalista de intercambialidade e redução de fronteiras torna-se inevitável a reavaliação de nossas instituições internacionais. Como sendo os centros ou as agências responsáveis em se preservar o correto funcionamento e dinâmica dos anseios e necessidades dos novos tempos onde a cooperação global se torna evidente tais como as relacionadas aos problemas como a questão da chuva ácida, da preservação da camada de ozônio, da poluição dos mares, do aquecimento do globo, da manutenção das florestas tropicais, da proliferação de armas nucleares, do tráfico de drogas, da disseminação de doenças, do terrorismo, da disponibilidade de água potável, da desigualdade econômica, das crises mundiais, do aumento do comércio internacional e de outras relacionadas ao interesse coletivo humano.

Schwab e Smadja (1995), nas palavras de Kotler (1997) sugerem que duas frentes sejam enfatizadas para que ao menos as questões de ordem econômica possam ser resolvidas:

- ▲ Novas instituições internacionais precisarão ser criadas e as existentes modernizadas de modo a sustentar, monitorar e supervisionar a nova ordem econômica global. A criação da Organização Mundial do Comercio, por exemplo, foi um passo importante. Outra medida importante seria o contínuo debate sobre o papel do Banco Mundial e do FMI em vista da entrada de tantos novos países no mercado mundial.
- ▲ O comércio internacional entre as regiões e dentro das regiões permanece sendo de importância central na economia mundial. Todo o *modus operandi* da economia internacional terá que ser analisado à luz da nova paridade estratégica entre as regiões. O elemento principal apoiará quaisquer políticas que apóiem e expandam a noção de regionalização aberta.

Inclusive com o advento da unificação das moedas na união européia, o Euro, as implicações econômicas e os resultados dessa política monetária caso se mostrem absolutamente vantajosas para a elevação da qualidade de vida da sociedade européia, para um efetivo controle de capitais e na manutenção exemplar de uma inflação adequada, causará um precedente em que outros continentes ficarão mais tentados a seguir a mesma trilha, e caso também sejam bem digeridas, o caminho natural seria o de tomada de

conhecimento das vantagens e benefícios que uma moeda única mundial poderia proporcionar à comunidade global, o que já foi idealizado e originalmente proposto por Keynes, quando do arranjo financeiro mundial em fins da segunda guerra (Acordo de Bretton Woods).

A análise das situações hipotéticas e condições econômicas em formação servem de aviso para se constituir instituições adequadas aos anseios das mudanças e necessidades que virão.

3. GOVERNO

3.1. Governo eficaz

Nas palavras do economista e filósofo social, Friedrich A Hayek(1944), assim se faz as particularidades indissociáveis da atuação governamental: “Sempre que a ação pública é capaz de mitigar desastres dos quais o indivíduo não pode defender-se, e contra cujas consequências não pode precaver-se, tal ação pública deve, indubitavelmente ser empreendida.”

Ao observarmos as grandes preocupações de nossos tempos, dentre algumas, as necessidades de crescimento e desenvolvimento econômico e social, as flutuações e incertezas de um mercado dinâmico globalizado, de políticas e crises internas e internacionais, do arrasto de empregos e desarranjos sociais conjugados, da movimentação intensa de capitais e da mobilidade dos fatores produtivos entre localidades diversas, e ainda de tantas outras variáveis do mundo econômico, fica nítida a importância da participação do governo local em suprir e atender, de modo eficaz, às demandas resultantes dos acontecimentos variados que invariavelmente recaem, para o bem ou para o mal, sobre os seus cidadãos.

E ainda, diante dos acontecimentos econômicos seria por demais simplista, aceitarmos o fato de que tudo seria função do progresso tecnológico e econômico, e que apenas nos caberia a aceitação passiva dos acontecimentos. Quando na verdade o que se sucede é apenas fruto da não observação de tendências que vieram se formando ao longo do tempo, e que em determinado momento, normalmente inoportuno, chegou e tornou-se realidade.

Para o ajuste e acompanhamento das tendências globais caberia ao governo aplicar reações compensatórias no sentido de minimizar as possíveis consequências de ordem econômica e social nos momentos de ruptura ou de desequilíbrios do mercado, como disposto na teoria dos estudos Keynesianos, e assim ser capaz de consolidar o firmamento da introdução das tendências globais sob as potencialidades de sua região, preparando-os ao futuro.

Ao se analisar a importância do governo dentro de uma sociedade, onde sua presença é inquestionável, cabe-se apenas um estudo acerca dos desafios, oportunidades e responsabilidades de um governo eficaz. Uma análise histórica das atuais teorias políticas básicas nos remeteria ao século XVII à Inglaterra e relacionadas a pessoas como John

Locke, entretanto, da mesma forma que na teoria econômica, é preciso que haja compreensão dos relacionamentos atuais para que se faça uma adequação histórica às necessidades presentes.

Nos ditos de Lima Sobrinho (1990): “É preciso reconhecer e confessar o atraso, mas para fazer dele uma força impulsionadora para o progresso e não uma cláusula de dependência e subordinação.” Considerando que somente o governo possui a legitimidade legal necessária para o enfrentamento e controle de questões macroeconômicas que envolvam o bem estar geral, existem alguns itens sociais e econômicos em que essencialmente seria preciso uma atuação participativa ou controladora do Estado para que possa ocorrer um desenvolvimento saudável de sustentação e equilíbrio na distribuição dos fatores produzidos e que as forças econômicas que, por vezes, são incongruentes aos anseios comuns da maioria da população, possam ser ajustadas de modo a minimizar os riscos e potencializar as oportunidades de dada região.

Formando-se a partir dos anseios da população para a realização de seus ideais, a questão da liderança governamental se constitui como peça chave do desenvolvimento econômico local e que para promover o desenvolvimento econômico deve ser eficaz em suas políticas, independentemente se de modo democrático ou autoritário. A questão política é válida no sentido de desenvolvimento social, mas não necessariamente na questão econômica.

Na verdade, do ponto de vista meramente econômico, o que importa no final são os resultados das políticas implementadas, se estiverem fundamentadas nos pressupostos econômicos básicos e na realidade vigente, tudo acontecerá. O maior exemplo vem da China que com a sua tempestividade no trato dos direitos civis, absolutamente contrária às frentes democráticas, vêm acumulando índices notáveis de crescimento econômico na última década, obviamente sem nenhuma certeza quanto à sua manutenção em tais níveis ao passar do tempo. E vide o caso brasileiro, que na insistência em demonstrar a sua democracia, acabou por criar um sistema totalmente ignóbil de centenas de partidos fracos e regionalismos, que inviabiliza a aprovação de leis renovadas, como a reforma política, tributária, a fiscal e a trabalhista, de uma ineficiência jurídica calamitosa para todos, de corporativismos governamentais, de relações imediatistas, de baixos investimentos na área educacional, de gastos inqualificáveis e que logicamente traduz-se em baixos níveis de desenvolvimento.

Conclui-se portanto de que a questão do desenvolvimento não se relaciona com o tipo de governo, mas que, sabiamente é importante sermos uma democracia, no sentido de que a democracia propõe múltiplas e novas idéias, e de que as mudanças nos cenários e comportamentos de ordem política podem ser avaliados e recusados de acordo com a vontade da maioria, possibilitando maiores liberdades e direitos civis. Enquanto que sob uma ditadura, o poder fica centralizado e a idéia original pode ser contraproducente, de forma a se perpetuar algum erro que se tome. E como mesmo observou H.L.Mencken(1943): “é difícil fazer com que alguém compreenda alguma coisa quando a sua renda depende da incompreensão desse algo”.

Entretanto assim como nas empresas, os governos dentro deste novo contexto de ambiente globalizado, estão cada vez mais, sendo avaliados de acordo com a sua gestão fiscal e de políticas de estratégia desenvolvimentista, onde somente aqueles comprometidos com os princípios econômicos sustentáveis tem atraído investimentos do setor privado e de órgãos multilaterais.

Neste ambiente onde a competitividade dentre localidades atinge proporções relevantes começa-se a se formar e ganhar importância a questão da renovação ou inovação tecnológica nos governos, o que vem de encontro as palavras de Peter Drucker(1997, p.66):

A resposta à pergunta sobre o que o governo pode fazer irá exigir, no final, uma nova teoria política. Porém, ela exigirá imediatamente as mesmas duas coisas que são necessárias para se renovar uma empresa: embutir o aperfeiçoamento contínuo no governo e concentrá-lo naquilo que funciona e abandonar o que não funciona.

Podemos citar o exemplo do Estado de São Paulo como modelo de governo comprometido com os avanços tecnológicos e que tem trabalhado dentro da lógica econômica de maximizar os escassos recursos existentes. Após a implementação da Bolsa eletrônica de compras, o governo teve uma redução de seus custos em média de 22%, conseguindo assim uma economia de mais de R\$ 20 milhões no ano passado. E onde já se avança para a realização do próximo passo, que é a disponibilização do mesmo sistema para que as prefeituras que demonstrem interesse em utilizá-lo, o faça, num processo cooperativo de responsabilidade e eficiência.

Outro exemplo paulista é o de centralização das secretarias estaduais num mesmo espaço e da terceirização de grande parte do pessoal, o que possibilitou o compartilhamento e redução de custos, maiores e mais eficientes trocas de informações e

que por fim acaba por facilitar a vida daqueles que antes precisavam resolver os seus interesses em cada secretaria separadamente, caso das prefeituras municipais.

Valendo uma ressalva na questão quanto à terceirização de pessoal, que conforme estudos citados no livro de Moreira(1993), além do composto econômico existe a realização social de tal prática, o que por si, acaba traduzindo-se em melhores profissionais, maiores oportunidades, melhores processos, maiores possibilidades de ascensão profissional para as pessoas, além dos tradicionais ganhos de escala e redução de custos.

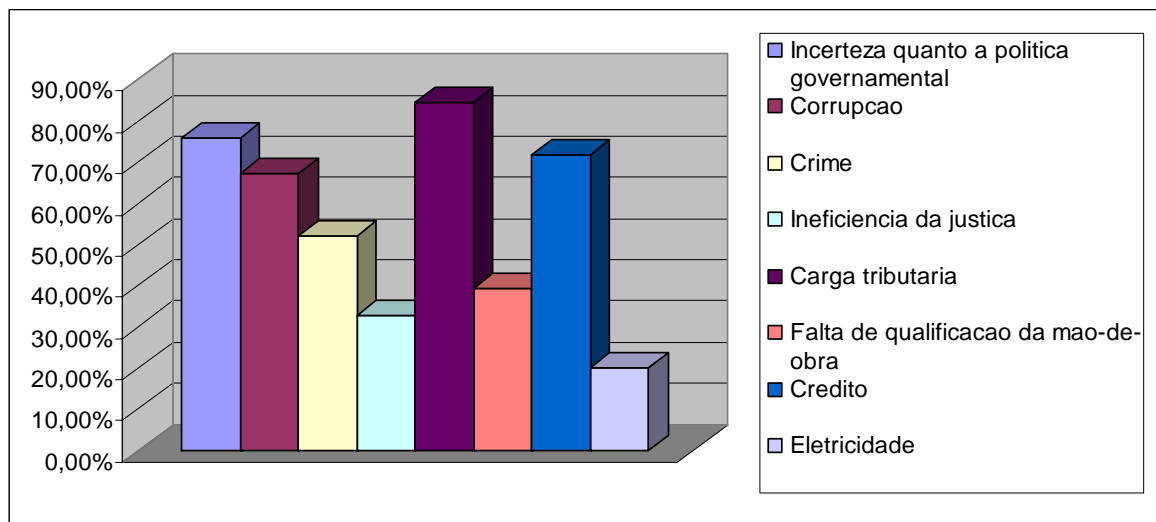
Antônio Ermírio de Moraes(2002), um dos maiores empresários do Brasil já dizia que: “Modernizar não é apenas trocar máquinas. É também trocar a mentalidade.”

Adentrando-se nas áreas essenciais relacionadas diretamente ao setor público que incondicionalmente se refletem no padrão de qualidade de vida das pessoas temos a área da saúde, da educação, do emprego, do meio ambiente, dos direitos, da política monetária e da política fiscal. Ao longo deste capítulo serão observados os principais tópicos em que majoritariamente necessita-se de uma intervenção maior, no caso do governo, para uma melhor distribuição destes interesses comuns.

O governo não quer ser o dono da verdade. O governo quer ter ouvidos grandes para ouvir a sociedade, e à medida que ela vai apresentando boas idéias, nós vamos tentando colocá-las em prática. (LUIS INÁCIO LULA DA SILVA, 2004).

Podemos verificar no gráfico a seguir que praticamente todas as principais restrições para a retomada de novos investimentos ao país passam incondicionalmente pela atuação governamental.

Gráfico 2 – Principais restrições aos investimentos no Brasil, 2005



Fonte: Banco Mundial

3.2. Saúde

Citemos algumas particularidades que envolvem o caso da saúde pública, partindo-se de uma lógica da própria sobrevivência da espécie, deveria ser garantido a todos os indivíduos, um mínimo de assistência médica, alimentos, abrigo e roupas, suficientes para preservar sua integridade física e mental. Fato que não ocorrerá naturalmente caso inexista uma intervenção maior do governo na falta de uma sustentação econômica-financeira e de estrutura física ou de mão-de-obra que permita a manutenção do sistema de saúde.

A saúde há tempos, com o advento de novas tecnologias vem obtendo cada vez mais espaço na vida das pessoas, tanto pela oferta de novos produtos e serviços, quanto pelo aumento de pessoas nela inserida como força de trabalho.

O papel do governo muito mais do que distribuir universalmente a saúde deveria zelar para que possível seja, que o sistema se mantenha atualizado e que a facilidade de acesso se democratize, e que o encargo de sua manutenção seja adequadamente condizente com as necessidades de sua área atuarial.

É preciso perceber a tendência de convir de que as pessoas estão muito dispostas a elevar seus padrões de consumo e de investimento em determinadas áreas médicas, como as relacionadas á estética, beleza e juventude, por tratar-se de algo que permite-lhes uma

melhor satisfação e qualidade de vida pessoal, devido também pelo aumento das expectativas de vida da sociedade.

Desde que se desregulamente o setor e a trate como um segmento econômico seria possível aumentar significativamente as condições de estrutura na saúde, incluindo a promoção de emprego e geração de renda nacional.

Segundo o economista Krugman e alguns analistas de bolsas de valores, dentre as áreas empresariais que assistirão um grande crescimento nas próximas décadas estão as relacionadas aos serviços da área de saúde. Apenas cabe ao governo equilibrar a sua distribuição e fiscalizar o seu funcionamento de modo ordenado para que obtenha-se o resultado do crescimento e conjuntamente o do desenvolvimento.

Tabela 1 - Ocupações que mais crescem nos Estados Unidos, 1992-2005
(Entre parênteses o numero de novos empregos projetados, em milhares)

Profissões	Mudança Percentual
Enfermeiros e auxiliares de enfermagem domiciliares (479)	138
Profissionais de assistência social (256)	136
Auxiliares de cuidados pessoais e domiciliares (166)	130
Engenheiros de computação e cientistas (236)	112
Analistas de sistemas (501)	110
Assistentes e auxiliares de fisioterapia e terapia corretiva (57)	93
Fisioterapeutas (79)	88
Assistentes jurídicos (81)	86
Professores, educação especial (267)	74
Assistentes de médicos (128)	71
Detetives particulares (41)	70
Funcionários de penitenciarias (197)	70
Babás e assemelhados (450)	66
Agentes de viagens (76)	66
Tecnólogos e técnicos em radiologia (102)	63
Funcionários de creches (44)	62
Técnicos em registros médicos (47)	61
Analistas de pesquisa operacional (27)	61

Terapeutas ocupacionais (24)	60
Secretários jurídicos (160)	57
Professores, pré-escolar e jardim de infância (236)	54
Manicures (19)	54
Produtores, diretores, atores e apresentadores (69)	54
Fonoaudiólogos e audiólogos (37)	51
Comissários de bordo (47)	51
Guardas (408)	51

Fonte: Krugman (1999, p. 189.)

3.3. Educação

O crescimento depende, basicamente, do capital humano, isto é, do nível de educação médio da população, de sua saúde, do seu saber fazer, da sua capacidade inventiva e empresarial e do progresso do conhecimento, o que significa investimento (privado e público) na pesquisa. (Mankiw, Romer, Weil, 1992, p.48)

Sendo a educação a melhor forma de conscientizar a população quanto aos benefícios do capital humano para o crescimento e desenvolvimento econômico, não resta dúvida de que sem investimentos na área de educação não obteremos sucesso em área alguma.

O que assemelha o capital humano e os investimentos é que eles são complementares. Considerando que o investimento em forma de capital financeiro possui uma liquidez mais acentuada e uma mobilidade perfeita, ficaria a critério da existência do capital humano para que o investimento se desloque ao seu encontro.

Como esclarece Delfim Neto(2001, p.27):

É preciso reconhecer que o atual processo de globalização, permitindo a incorporação simultânea de novas tecnologias nos mais variados setores da economia, tem a tendência de aumentar o desconforto e a alienação dos trabalhadores menos qualificados e que não receberam o benefício da educação. Ela é, entretanto, incontornável, uma vez que é fruto das virtudes das vantagens comparativas e do desenvolvimento tecnológico.

Percebe-se através do esclarecimento acima que a educação é condição básica para que se torne possível acompanhar a evolução tecnológica nos mais variados setores da

economia. Sem a devida educação, impossível será a utilização do capital humano como fator de desenvolvimento.

3.4. Emprego

Embora muitos acreditem que a questão do desemprego em razão do desenvolvimento tecnológico seja um mito, e que apesar dos aumentos de produtividade na economia proporcionarem realmente redução de empregos em setores incidentes da evolução tecnológica; solidariamente estaria ocorrendo a abertura de novas oportunidades e vagas em outras empresas em decorrência desta mesma evolução, caso da expansão na área de serviços; o que a bem da verdade, estaria ocasionando não a destruição total do emprego, mas sim, apenas um ajuste locacional de mão-de-obra.

Apesar de parcialmente verdadeira, seria cômodo afirmar que não existirá um vácuo neste processo de transição, e que as pessoas se adaptariam natural e uniformemente a essas mudanças; ainda mais quando consideramos que tal ajuste empregatício pode na verdade estar ocorrendo do outro lado do globo terrestre.

Alinhadas com as políticas internacionais, o governo deve coordenar os esforços no sentido de minimizar os efeitos rotativos, observando para isso, as suas vantagens absolutas e comparativas pela busca de incentivo em iniciativas voltadas para segmentos que proporcionem maiores retornos para os consumidores globais, e evitando sobremaneira quaisquer perpetuação de resistência de setores deficientes, inclusive e principalmente em si próprio, exceto dado a setores estratégicos ou em fase de maturação comprovada.

Face ao instinto de defesa das categorias organizadas, a existência de uma rede de sindicatos, associações de classe e lobbys poderosos, a questão da defesa dos interesses dos patrocinadores criam enormes barreiras, o que acaba por vezes preservando a ineficiência e impedindo o desenvolvimento da organização governamental e das empresas. Nestes casos, a ruptura pode tardar, mas inevitavelmente acontecerá, pois dentro do ciclo de vida natural, é inaceitável para o conjunto da sociedade acatar eternamente fisiologismos retrógrados. A esperança é a de que a mudança se faça da maneira menos drástica possível e de forma o quanto antes.

3.5. Direitos de propriedade

Em trabalho desenvolvido por G.W.Scully (1988), utilizando uma amostra de 115 países, mostrou-se que “sociedades politicamente abertas, que respeitam as regras da lei e a propriedade privada, e usam o mercado para alocar seus recursos, crescem a uma taxa três vezes maior e são duas vezes e meia mais eficientes do que as sociedades onde essas regras são restritas.”

Os direitos econômicos, acima de tudo, são as garantias de que todos os contratos serão honrados e que as leis não serão alteradas conforme as mudanças dos ventos e humores de políticos.

O planejamento de um investimento requer estudos que projetem o retorno sobre o capital, e estes se baseiam em um conjunto de cenários possíveis e conhecidos. Ao se insurgir a impossibilidade de precificação dos riscos envolvidos torna-se vexatório a tentativa de atração de capital de risco para investimentos tamanha a insustentação da base de direito.

Portanto, a questão dos marcos regulatórios, da independência de agência de controles setoriais e de postura governamental quanto á iniciativa privada serem um ponto chave a se considerar em uma região que pretenda se fazer líder em matéria de atração de investimentos qualitativos, de forma a obter tanto o usufruto de seus benefícios duradouros quanto também demonstrar a seriedade de relacionamento respeitoso com o capital.

3.6. Políticas Econômicas (Monetária e Fiscal)

Todo aumento real da produção foi ocasionado ou ocasionará um aumento de vendas, o que fará com que se eleve a renda bruta nacional, conseqüentemente haverá um maior consumo local, o que por fim exigirá que se faça uma adequação monetária, ou seja, que uma quantidade maior de dinheiro entre em circulação para equilibrar a maior movimentação das mercadorias ou dos serviços.

Períodos recessivos seriam inadequações gerais na demanda de ordem essencialmente monetária que seriam causadas por excesso de retenção de moeda em relação ao existente no meio circulante.

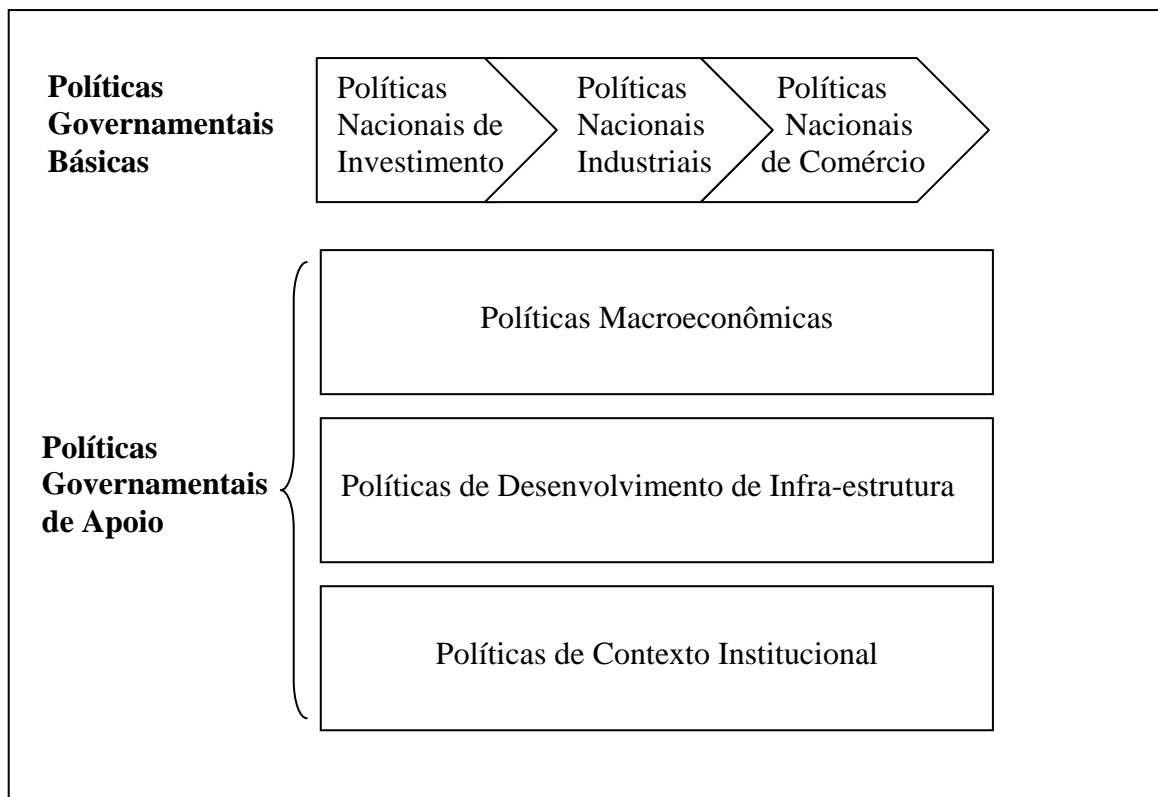
A política monetária é realizada através da atuação do banco central, sendo de competência exclusiva do governo a definição de suas diretrizes.

As ferramentas á disposição dos bancos centrais são o controle de emissões monetárias, retenção de depósitos compulsórios ou reservas obrigatórias, operações de mercado aberto (Open Market), políticas de redesconto, atuação no mercado de cambio, e definição da política de taxas de juros. Cada uma usada de acordo a se preservar a condição de valor da moeda e também como políticas de crescimento econômico.

A questão fiscal trata da manutenção do equilíbrio das contas do governo, e que passa necessariamente pelo controle das receitas e despesas governamentais, possuindo basicamente três funções gerais:

- função alocativa
- função distributiva
- função estabilizadora

Quadro 1 – Políticas Governamentais para a estratégia de construção da riqueza nacional.



Fonte: Kotler, 1997, p.38

3. EMPRESAS

O efeito de maior significação e alcance deste sucesso será, no futuro, muito provavelmente, a nova consciência de poder sobre o próprio destino, a convicção de que existem infinitas possibilidades de melhorar a própria sorte - consciência e convicção dada aos homens pelo sucesso já alcançado. Com o sucesso nasceu à ambição - e o homem tem todo o direito de ser ambicioso. (HAYEK, 1944, p. 17)

Na visão do economista, a empresa é o ambiente onde são alocados variados fatores de produção, como capital, mão-de-obra e tecnologia, e de onde se extrai produtos e serviços destinados ao atendimento da população, do governo ou de outras empresas. Além de se consistir no motor difusor do desenvolvimento e do crescimento econômico, a empresa moderna vêm desempenhando e tem evoluído à respeito da responsabilidade social e da governança corporativa, servindo inclusive de referência de atuação para o setor governamental e como indutor para a difusão das boas práticas dela advindas. Baseadas em suas capacidades técnicas e financeiras, as empresas tendem a conquistar maior importância num ambiente globalizado, seja em virtude de sua flexibilidade natural, decorrente da crescente mobilidade e montante de recursos disponíveis, ou seja, por difusão das tecnologias da informação, o fato é que as empresas possuem uma importância preponderante no destino econômico das regiões em que atuam.

Dentro da teoria da evolução das espécies de Charles Darwin, a empresa poderia ser a representação perfeita de tal fenômeno evolutivo, haja vista, que somente as mais fortes, as mais ágeis e únicas capazes de se adaptarem ao meio ambiente, sobreviverão.

Peter Drucker (1997) já dizia: “A força do mercado é que seus relacionamentos são impessoais e isentos de qualquer valor, a não ser o econômico”. Deste modo, nada poderia representar melhor a atividade deste mercado capitalista do que as empresas, essencialmente as privadas, para quem o retorno sobre o capital investido ou a geração de lucro ao acionista constituem as bases para a manutenção de seu processo evolutivo.

Ainda nas palavras de Drucker (1997): “Os países em desenvolvimento não necessitam de ajuda de governo a governo, mas de parcerias com empresas privadas em nações desenvolvidas”.

As organizações individuais de acordo com o seu conhecimento acumulado em países desenvolvidos replicam eficazmente nos países em desenvolvimento aquilo que fazem bem e tem de melhor, colaborando para a disseminação de práticas vencedoras. Quesitos como liderança, governança corporativa, responsabilidade social, práticas de marketing, atendimento ao cliente, sinergias, sistema de informações, dentre outras são

transferidas e absorvidas pelo mercado receptor, melhorando os níveis de capital humano e de funcionamento de outras empresas que tem que se adequar à competitividade vinda do exterior provindo ainda melhores soluções.

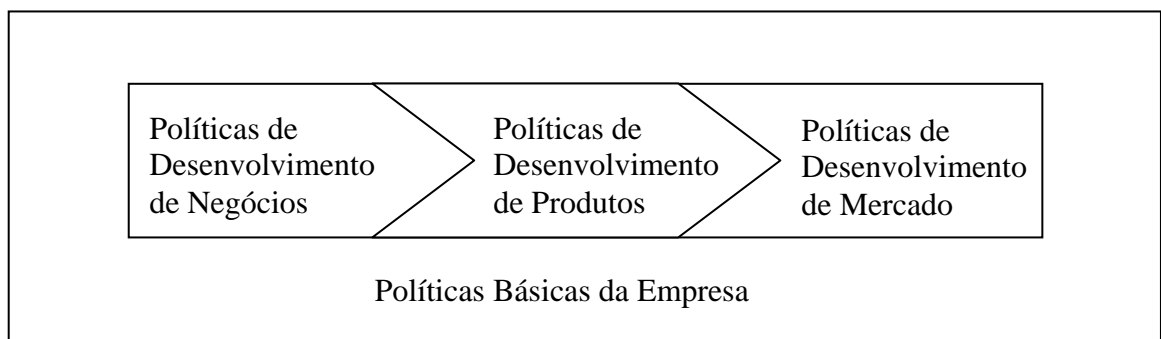
Ao se analisar a questão de lucro, vale lembrar nas palavras de Jack Welch(2003): “...que o lucro propicia melhora da qualidade de vida para toda a população. Empresas lucrativas pagam dividendos, remuneram e treinam seus funcionários adequadamente, investem em pesquisas, patrocinam ações sociais e não são tentadas a burlarem as leis”

A empresa que busca somente os resultados ou as vantagens imediatas é suicida, a responsabilidade a longo prazo é uma necessidade de sobrevivência e neste aspecto a ética constitui um fator importante para os ganhos. Por si só, a ética não é condição para um bom negócio, mas o propicia. (Zoboli Elma 1999, Instituto Ethos)

O ambiente das empresas normalmente é composto por pessoas de grande caráter ético, que conquistam suas posições em conformidade com as qualidades que a sociedade e principalmente ao que a empresa valoriza. Daí a importância em se extrair uma comunidade de grande valor humano e instituições governamentais ou não governamentais, que preservem o sentido da ética e da responsabilidade social.

Ainda que a empresa privada possa adotar a mudança, é menos provável que seus funcionários estejam pensando a respeito do que podem fazer no trabalho para beneficiar a sociedade. Cada vez mais eles esperam que a empresa cuide das suas vidas, satisfeitos porque tudo estará bem se eles apenas seguirem as ordens corretamente. (ISSAO NAKAICHI, 1997, p.41)

Quadro 2 – Políticas de desenvolvimento da empresa



Fonte: Kotler, 1997, p.39

5. PODER DO INDIVÍDUO E O CAPITALISMO

As pessoas de conhecimento que conseguem se manter eficazes, crescendo e mudando, assumem a responsabilidade por seu desenvolvimento e sua colocação. (PETER DRUCKER, 1997, p.32)

Ao longo da história tem se debatido muito acerca da capacidade de realização individual dentro de um sistema capitalista. Entretanto há de se considerar as duas faces de um mesmo homem.

Scumpeter já proclamava a importância da força empreendedora, do poder do indivíduo, como alavanca do desenvolvimento e do progresso.

Já Augusto Comte contradizia que “a eterna doença ocidental, a revolta do indivíduo contra a espécie”.

O individualismo tem hoje má fama, e o termo é agora associado a egoísmo ou egotismo. Mas o individualismo do qual falamos em oposição a socialismo e a todas as outras formas de coletivismo não possui nenhuma conexão necessária com aquelas acepções... as características essenciais do individualismo que, partindo de elementos fornecidos pelo cristianismo e pela filosofia da antiguidade clássica, desenvolveu-se pela primeira vez, plenamente, durante a Renascença e desde então evoluiu e penetrou o que chamamos de civilização ocidental, são o respeito pelo homem individual na sua qualidade de homem, isto é, a aceitação dos seus gostos e opiniões como sendo supremos dentro de sua esfera, por mais estreito que isto possa circunscrever, e a convicção de que é desejável o desenvolvimento dos dotes e inclinações individuais por parte de cada um.(HAYEK, 1944 , p. 15)

Fica claro no capitalismo vigente de mercado de que ninguém detém o monopólio do conhecimento econômico ou social, o desenvolvimento se produz de acordo com as condições particulares de cada indivíduo ou no soma total destes dentro de uma nação.

Devido a isso, conclui-se que o capitalismo é um sistema que se auto ajusta e vai aprendendo quais são as melhores práticas para se alcançar à prosperidade econômica. Não existindo portanto um modelo definido ou uma rigidez conceitual, tudo irá variar dependendo da condição humana e das circunstâncias em que este está exposto.

Conforme estudos realizado pela Organização das Nações Unidas(ONU) em âmbito mundial, pôde-se detectar através de pesquisas quais seriam as características comuns aos empreendedores que, segundo Schumpeter, seriam os maiores responsáveis pelo início de ciclos de desenvolvimento econômico.

Tabela 2 - Características de comportamento empreendedor

Conjunto de realização	Conjunto de Planejamento	<i>Conjunto de Poder</i>
<i>Busca de oportunidades e iniciativa</i>	<i>Busca de informações</i>	Persuasão e rede de contatos
<i>Correr riscos calculados</i>	<i>Estabelecimento de Metas</i>	Independência e confiança
<i>Exigência de qualidade e eficiência</i>	<i>Planejamento e monitoramento sistemáticos</i>	
<i>Persistência</i>		
Comprometimento		

Fonte: Sebrae

Subentende-se que a questão do empreendedorismo constitui-se em fator relacionado ao capital humano, e para valorizá-lo, retorna-se a prerrogativa da discussão da importância da educação.

“Não se faz uma diferença, a menos que esta seja nas vidas das pessoas”.
Schumpeter(1958)

CONCLUSÃO

“O capitalismo, ao contrário de outras ideologias, é indiferente às crenças e linhagens de seus praticantes, desde que contribuam para suas necessidades básicas.” (REICH, 1991, p.126)

Observando-se o passado das grandes sociedades, os filósofos historiadores Jakob Burckhardt, no século XIX, e Arnold Toynbee no século XX, concluíram que existe um “ciclo de vida” natural das civilizações e sociedades, e o qual seria tão impossível de ser revertido ou mesmo detido quanto a questão da idade nos seres humanos. Desde a queda do Império Romano, passando pelo colapso do Império Otomano à decadência da União Soviética percebe-se que não existe um modelo permanente que garanta a sobrevivência de um sistema e também não há nada que se possa evitar o que venha a se seguir. Segundo Drucker(1997), ao nosso alcance estaria tão somente a possibilidade de nos perguntar: “Em que estágio do ciclo de vida da sociedade estamos agora? ”

As mudanças de paradigmas sociais e econômicos, as tensões, as pressões, as atitudes e realizações individuais, coletivas e governamentais, os níveis de relacionamento inter-relacionados nacional e internacionalmente, os interesses econômicos diversos, a difusão da tecnologia e da informação, têm moldado as sociedades de acordo com a capacidade do capital social e das lideranças em se promover, sendo que a partir da constituição de uma nova base de valores, se faz o início de retomada de uma renovada fase ou de começo de um novo ciclo. Inexistindo a possibilidade de se manter em estado estacionário, inexoravelmente caminha-se para frente ou afugenta-se para trás.

Por fim, o desenvolvimento econômico e social é o reflexo da soma de uma série de variáveis influenciadas por outra série de incógnitas conforme a atuação dos agentes desenvolvimentistas. Sendo que o que vale é a postura assumida diante da situação atual, pela busca de se fazer o que necessário e possível for, baseado em um planejamento consistente, visando a construção de um futuro promissor em busca da evolução de um ciclo único de um mundo comum desenvolvido.

BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, Roberta de. **O papel dos novos sujeitos sociais no processo do desenvolvimento econômico local**. 1999. 8 f. Projeto de monografia (Graduação) – Instituição Toledo de Ensino, Presidente Prudente, 1999.

BERTACO, Fernando Santello; COSTA, Carolina de Andrade Caminha; BOTIGELLI JÚNIOR, Luiz. **Turismo receptivo regional**. 2002. 82 f. Monografia (Graduação) – Faculdades Integradas Antonio Eufrásio de Toledo, Presidente Prudente, 2002.

BERTOLLI, Sandro. **O desenvolvimento local, o poder decisório e o mito do planejamento estratégico: uma análise crítica da política local e a busca de uma proposta alternativa para a construção do desenvolvimento da localidade**. 1999. 9 f. Projeto de monografia (Graduação) – Instituição Toledo de Ensino, Presidente Prudente, 1999.

CLEMENTE, Ademir; HIGACHI, Hermes. **Economia e desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2000. 260p.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Sociedade Pós-capitalista**. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1993. 186p.

DRUCKER, Peter Ferdinand; NAKAUCHI, Issao. **Drucker na Ásia: um diálogo envolvente entre Peter Drucker e um dos maiores empresários do Japão**. São Paulo: Pioneira, 1997. 179p.

FISCHER, Tânia et al.(Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002. 341p.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1968. 266p.

HAYEK, Friedrich A. von. **O caminho da servidão**. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1977. 234 p.

KOTLER, Philip. **O marketing das nações: uma abordagem estratégica para construir as riquezas nacionais**. São Paulo: Futura, 1997. 412p.

KRUGMAN, Paul R. **Globalização e globobagens: verdades e mentiras do pensamento econômico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 221 p.

KRUGMAN, Paul R. **Internacionalização pop**. Rio de Janeiro: Publifolha, 1999. 213p.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Japão: o capital se faz em casa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. 238p.

MONFRÉ, Gisele Alves. **Análise do desenvolvimento sustentável dos recursos humanos naturais através da reciclagem**. 2000. 70 f. Monografia (Graduação) – Associação Educacional Toledo, Presidente Prudente, 2000.

MOREIRA, Nelson Borges. **Terceirização ou Parceirização**. Brasília: Consulex, 1993, 77p.

NETTO, Delfim. **Pensar o desenvolvimento**. Brasília(DF): Câmara dos deputados, 2002. p.42

OHMAE, Kenichi. **O fim do Estado-nação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, c1996. 214p.

REICH, Roberto B. **O trabalho das nações: preparando-nos para o capitalismo do século 21**. São Paulo: Educator, 1994. 318p.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval. **Fundamentos de Economia**. São Paulo: Saraiva, 1998. 240p.

SHUMPETER, Joseph. **Dez grandes economistas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958. 296p.

YAKABA, Érica Cristina. **Uma breve análise da expansão do grupo Carrefour no Brasil a partir da perspectiva teórica schumpeteriana**. 2003. 49 f. Monografia (Graduação) – Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo, Presidente Prudente, 2003.